



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

Nº 4.403/2014-AsJConst/SAJ/PGR

**Ação direta de inconstitucionalidade 5.054/PR**

Relator: Ministro **Dias Toffoli**

Requerente: Associação Nacional das Entidades Representativas  
dos Militares Estaduais e Corpo de Bombeiros  
Militares do Brasil (ANERMB)

Interessados: Governador do Estado do Paraná  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Ação direta de inconstitucionalidade. Leis 17.169/2012 e 17.172/2012, do Estado do Paraná. Sistema remuneratório de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar estadual. Compatibilidade das normas com o regime constitucional de subsídio, fixado em parcela única, previsto no art. 39, § 4º, da Constituição da República, extensivo a integrantes dos órgãos responsáveis pela segurança pública (art. 144, § 9º, da CR). Inconstitucionalidade de disposições dos arts. 2º, §§ 1º e 2º, e 11, VII, da Lei 17.169/2012. Afastamento de revisão geral anual de parcela remuneratória denominada “diferença de subsídio”. Ofensa ao art. 37, X, da CR. Precedentes. Supressão do direito ao salário-família. Verba de natureza previdenciária compatível com o regime do subsídio e que constitui direito fundamental assegurado aos militares (arts. 7º, XII, e 142, § 3º, VIII, da CR). Parecer pela procedência parcial do pedido.

## **I. RELATÓRIO**

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, dirigida contra as Leis 17.169 e 17.172, ambas de 24 de maio de 2012, do Estado do Paraná, que dispõem sobre o subsídio e o que denominaram de Função Privativa Policial (FPP) da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar daquele ente federativo.

Eis o teor dos diplomas:

LEI 17.169/2012

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. O sistema remuneratório dos militares estaduais, membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma da tabela constante no Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único. O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º da presente Lei.

Art. 2º. Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao militar ativo, da reserva, da reforma, e gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

§ 1º. A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nos postos, implantação dos valores constantes no Anexo I e revisões gerais anuais de subsídio.

§ 2º. A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

## CAPÍTULO II

## DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

Art. 3º. O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I – gratificação natalina, na forma do art. 45, § 8º e art. 34, inc. IV, da Constituição Estadual de 1989;

II – terço de férias, na forma do art. 34, inc. X e art. 45, § 8º, da Constituição Estadual de 1989;

III – diária, conforme legislação em vigor;

IV – indenização por morte e acidentes pessoais, nos termos da Lei 14.268/03 e Decreto nº 3.494/04;

V – verba transitória decorrente do exercício de função privativa policial de chefia, direção, assessoramento e aos integrantes da Casa Militar da Governadoria do Estado, a ser regulamentado por Lei.

VI – parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da polícia, a ser regulamentada por decreto;

VII – indenização por remoção, na forma da presente Lei;

VIII – ressarcimento por funeral, na forma da presente Lei;

IX – abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

X – diferença de subsídio, na forma da presente Lei.

§ 1º. As verbas previstas nos incisos V, VI e X estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§ 2º. As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

Art. 4º. A indenização por remoção é devida ao militar estadual nas transferências, sejam a pedido ou no interesse do serviço público, que impliquem em modificações de sede, no valor equivalente a 01 (um) subsídio de seu respectivo posto ou graduação.

§ 1º. A indenização por remoção será paga somente na efetivação da mudança de domicílio, em parcela única, sendo vedado o pagamento antecipado, o pagamento durante o período de fruição de férias e outros afastamentos.

§ 2º. A indenização por remoção não será incorporada e não servirá de base de cálculo para concessão de quaisquer vantagens.

§ 3º. A indenização por remoção não poderá ser concedida concomitantemente com diária no novo domicílio.

§ 4º. O conceito de modificação de sede será regulamentado por decreto.

§ 5º. A indenização por remoção a pedido não poderá ser percebida mais que uma vez no período de 02 ([...]) anos.

Art. 5º. O ressarcimento por funeral é devido para custeio das despesas decorrentes do falecimento do militar estadual no valor equivalente a 01 (um) subsídio do posto ou graduação ocupado.

§ 1º. Para o pagamento do ressarcimento por funeral é necessário que o cônjuge, companheiro (a) ou, à falta destes, qualquer pessoa, comprove ter suportado as despesas em virtude do falecimento do militar estadual mediante requerimento administrativo.

§ 2º. O pagamento do ressarcimento por funeral será deferido mediante requerimento administrativo, em parcela única, instruído obrigatoriamente com o atestado de óbito, nota fiscal em nome do requerente e comprovante de pagamento de traslado, se for o caso.

§ 3º. O ressarcimento por funeral não servirá de base de cálculo para concessão de quaisquer outras vantagens.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 6º. O subsídio do militar estadual, carreira organizada em níveis hierárquicos, será estruturado em 11 ([...]) referências para cada posto ou graduação, conforme Anexo I.

Art. 7º. O desenvolvimento na carreira da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros dar-se-á pelos institutos da promoção e progressão.

§ 1º. A promoção do militar ativo de um posto ou graduação para outro imediatamente superior observará as normas contidas na legislação dos militares do Estado do Paraná.

§ 2º. Quando da promoção, o militar ocupará a mesma referência no novo posto ou graduação, conforme a tabela constante do Anexo I.

§ 3º. Não haverá promoção de militares da reserva remunerada, reformados e geradores de pensão, ressalvadas as hipóte-

ses de promoção do policial que perder a vida em serviço, prevista no art. 265 da Lei 1.943/54, ou as decorrentes de ato de bravura, ou ainda, em virtude de ressarcimento por preterição.

§ 4º. A progressão é a passagem de uma referência de subsídio para outra imediatamente posterior, dentro do mesmo posto ou graduação, ao militar que atingir 5 ([...]) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, conforme Anexo III.

§ 5º. No momento em que o militar atingir a referência de número 6 ([...]) a progressão ocorrerá a cada 2 ([...]) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná.

§ 6º. Não haverá progressão de militares da reserva remunerada, reformados e geradores de pensão.

Art. 8º. Na data da publicação da presente Lei será efetivado o enquadramento do militar ativo nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais por tempo de serviço, na forma do Anexo II.

Parágrafo único. O enquadramento do militar ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

Art. 9º. O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

Parágrafo único. A revisão geral de 2012 já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo I.

Art. 10. O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

Art. 11. Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

I – soldo;

II – gratificação adicional por tempo de serviço;

III – gratificação localidade especial da PM;

IV – vantagem pessoal;

V – diferença de soldo;

VI – diferença de soldo judicial;

VII – salário-família;

VIII – gratificação de ensino – Colégio da Polícia Militar;

- IX – gratificação de ensino – PMPR;
- X – substituição de pessoal militar – Soldo;
- XI – substituição PM – Gratificação Especial;
- XII – substituição PM – Gratificação Especial;
- XIII – indenização de representação do pessoal militar;
- XIV – ajuda de custo PM;
- XV – aquisição uniformes PM;
- XVI – indenização de transporte do pessoal militar;
- XVII – indenização serviço extraordinário;
- XVIII – operação escudo;
- XIX – operação verão;
- XX – operação safra;
- XXI – operação Foz-seguro;
- XXII – gratificação técnica;
- XXIII – indenização de representação – Ass. Militar;
- XXIV – indenização de representação – Força Alfa;
- XXV – prêmio especial armas;
- XXVI – indenização de representação Casa Militar;
- XVII – indenização de representação – Encargos;
- XXVIII – vencimentos dos cargos de provimento em comissão;
- XXIX – gratificação de cargo em comissão;
- XXX – gratificação representação de gabinete DAS;
- XXXI – adicional de inatividade;
- XXXII – vantagem pessoal PMPR – Lei 16.469/10;
- XXXIII – diferença de salário mínimo;
- XXXIV – gratificação de tempo integral;
- XXXV – revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no art. 3º.

Parágrafo único. Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

Art. 12. A remuneração do soldado de segunda classe passa a ser efetivada por meio de bolsa-auxílio no valor constante do Anexo I desta Lei.

Art. 13. O militar da graduação de soldado de 1ª classe, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente, que for aprovado no curso de formação de oficiais, continuará a perceber o subsídio de sua respectiva graduação, até ser promovido a aspirante a oficial.

#### CAPÍTULO IV

##### APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS MILITARES DA REFORMA, RESERVA REMUNERADA E GERADORES DE PENSÃO

Art. 14. Aplica-se aos militares da reforma, reserva remunerada e aos geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1º. O valor do subsídio dos militares da reforma, reserva remunerada e dos geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante do Anexo I, na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2º. O enquadramento do militar da reforma, reserva remunerada e gerador de pensão será realizado pela PARANA-PREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3º. O cálculo dos proventos da reserva remunerada, reforma e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA CONTRIBUIÇÃO DO FASPM FRENTE AO SUBSÍDIO

Art. 15. A contribuição em favor do Fundo de Assistência à Saúde dos Militares Estaduais – FASPM – será considerada de caráter facultativo.

§ 1º. Os militares estaduais da ativa, aposentados e geradores de pensão que tiverem interesse em contribuir para o FASPM devem manifestar sua concordância com o desconto, por escrito, diretamente à Presidência do Fundo.

§ 2º. O valor do desconto do FASPM será de 0,5 ([...]) do subsídio.

§ 3º. O valor do desconto do FASPM será acrescido em 0,2 ([...]) do subsídio por dependente, limitado ao percentual máximo de 2% ([...]).

Art. 16. Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

## LEI 17.172/2012

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica criada a Função Privativa-Policial – FPP para o exercício das atribuições de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica, e para o exercício de atribuições inerentes à Casa Militar da Governadoria do Estado, na forma do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º. A Função Privativa-Policial é de livre indicação do Titular do Órgão e pode ser retirada no momento em que cessar o exercício da atribuição de direção, chefia e assessoramento.

Art. 3º. O número de Funções Privativas-Policiais existentes na estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil, Científica e Casa Militar da Governadoria do Estado é o constante nos Anexos II, III, IV e V, respectivamente.

### CAPÍTULO II

#### DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXERCÍCIO

Art. 4º. A Função Privativa-Policial é atribuída exclusivamente ao policial militar, civil, delegado, perito oficial e auxiliar de perícia e deve recair, preferencialmente, em militares e servidores civis estáveis com habilitação profissional correspondente.

§ 1º. A Função Privativa-Policial é concedida por indicação do Titular do Órgão, exceto em relação à FPP1, que é privativa de nomeação do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º. O ato concessivo da Função Privativa-Policial deve se dar por meio de nomeação publicada no *Diário Oficial do*



*Estado*, que contenha o nome completo do servidor, número de identidade, código ou simbologia da função, denominação da função e descrição das tarefas ou atividades a serem desenvolvidas.

### CAPÍTULO III

#### DA REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO PRIVATIVA POLICIAL

Art. 5º. A remuneração da Função Privativa-Policial será efetuada por meio de verba transitória, em valor único, conforme Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único. A Função Privativa-Policial em substituição será remunerada nas hipóteses de férias, licença maternidade, especial, acidente de trabalho e para tratamento de saúde própria ou em pessoa da família, que impliquem em período de afastamento superior a 15 ([...]) dias.

Art. 6º. A percepção da verba transitória decorrente da Função Privativa-Policial é compatível com as seguintes verbas:

- I – subsídio;
- II – gratificação natalina;
- III – adicional de férias;
- IV – diária;
- V – indenização por morte e acidentes pessoais;
- VI – parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da Polícia;
- VII – indenização por remoção;
- VIII – ressarcimento por funeral;
- IX – abono de permanência;
- X – diferença de subsídio.

Parágrafo único. A parcela transitória decorrente da Função Privativa-Policial será incluída no cálculo das férias e gratificação natalina.

Art. 7º. Não incidirá contribuição previdenciária sobre a parcela transitória.

Art. 8º. A parcela transitória não pode servir de base de cálculo para quaisquer outras verbas remuneratórias, não é incorporável às aposentadorias e pensões e não é acumulável com cargo em comissão, funções gratificadas ou de natureza assemelhada, em qualquer esfera do Poder Executivo Estadual.

## CAPÍTULO IV

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos desta Lei.

Art. 10. A quantidade de Funções Privativas-Policiais previstas nesta Lei, para os órgãos relacionados no art. 1º, poderá ser revista por ato do Chefe do Poder Executivo, após análise da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Art. 11. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do Comando-Geral da Polícia Militar, Delegado-Geral da Polícia Civil ou do Diretor-Geral da Polícia Científica, após análise das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência, Planejamento e Coordenação-Geral e da Fazenda quanto aos assuntos referentes a cada uma das Pastas.

Art. 12. O Poder Executivo autorizará e readequará, se necessário, as dotações orçamentárias no exercício de 2012 para os órgãos atingidos por esta Lei, em conformidade com os limites da Lei Complementar 101/2000.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no caput deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou abertura de créditos adicionais, na forma da Lei.

Sustenta a requerente incompatibilidade dos diplomas para-  
naenses com o modelo constitucional de remuneração por subsí-

dio, previsto no artigo 39, § 4º, da Constituição da República,<sup>1</sup> aplicável aos militares estaduais por força do art. 144, § 9º, da CR.<sup>2</sup>

Sustenta, ainda, violação aos arts. 5º, *caput* e inciso XXXVI;<sup>3</sup> 7º, XII e XVI;<sup>4</sup> 37, X e XV;<sup>5</sup> 40, § 8º;<sup>6</sup> 42, §§ 1º e 2º;<sup>7</sup> 142, § 3º, VIII e X,<sup>8</sup> e 196 da Constituição da República.<sup>9</sup>

---

1 “Art. 39. [...] § 4º. O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.”

2 “Art. 144. [...] § 9º. A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.”

3 “Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; [...]”.

4 “Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; [...] XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; [...]”.

5 “Art. 37. [...] X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; [...] XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; [...]”.

6 “Art. 40. [...] § 8º. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.”

7 “Art. 42. [...]”

§ 1º. Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

O relator adotou o rito do art. 12 da Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999 (despacho na peça 25).

A Assembleia Legislativa e o Governador do Estado do Paraná, em informações, defenderam a constitucionalidade das normas (peças 29 e 38).

A Advocacia-Geral da União manifestou-se pela procedência parcial do pedido, a fim de que somente fosse declarada a inconstitucionalidade das expressões “e revisões gerais anuais de subsídio” e “e revisão geral anual”, constantes do art. 2º, §§ 1º e 2º, respectivamente, e do art. 11, VII, todos da Lei 17.169/2012 (peça 40).

É o relatório.

---

§ 2º. Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.”

8 “Art. 142. [...]

§ 3º. Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: [...]

VIII – aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea c; [...]

X – a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.”

9 “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

## II. DISCUSSÃO

### II.1. ASPECTOS INICIAIS

É parcialmente procedente o pedido desta ação.

Ao dispor sobre a remuneração dos membros de poder e detentores de mandato eletivo, o art. 39, § 4º, da Constituição da República,<sup>10</sup> na redação que lhe conferiu a Emenda Constitucional 19, de 4 de junho de 1998, adotou o modelo de subsídio, fixado em parcela única, vedado acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. O § 9º acrescido ao art. 144 da CR, por sua vez, estendeu esse modelo de remuneração aos integrantes dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

A sistemática imposta pela EC 19/1998 pretendeu conferir maior transparência, moralidade e racionalidade ao regime remuneratório de determinadas categorias do funcionalismo público, com a adoção de critérios paritários e claros, em reforço à feição democrática e republicana do Estado brasileiro e aos princípios da isonomia, da moralidade e da publicidade.

MARÇAL JUSTEN FILHO observa a esse respeito:

A Emenda Constitucional n. 19/98 adotou a figura do “subsídio” para assegurar o controle sobre a remuneração dos ocupantes de cargos e funções de mais elevada hierarquia. No passado, era usual a fixação de um “vencimento-base” de

---

<sup>10</sup> *Vide* transcrição dos dispositivos constitucionais apontados como parâmetros de controle nas notas precedentes.

valor irrisório, a que se somavam vantagens pecuniárias de grande relevo.

Essa situação produzia reflexos indiretos, na medida em que a remuneração desses agentes era o teto para a remuneração devida ao restante dos servidores.

Para superar essas dificuldades, foi alterada a composição da remuneração de cargos e funções de mais elevada hierarquia, impondo-se a fixação de uma parcela única (subsídio), abrangente tanto da remuneração-base como substitutiva de eventuais vantagens pecuniárias de outra ordem.<sup>11</sup>

JOSÉ AFONSO DA SILVA, por seu turno, afirma que o regime do subsídio fixado em parcela única, reincorporado à Constituição do Brasil pela EC 19/1998, é de adoção obrigatória para determinadas categorias de agentes públicos, tais como as relacionadas no § 4º do art. 39 e aquelas expressamente referidas em dispositivos esparsos do texto constitucional, entre as quais se inclui a dos servidores policiais civis ou militares, nos termos do § 9º acrescido ao art. 144 da Carta Magna.<sup>12</sup>

No intuito de regulamentar e conferir eficácia aos comandos constitucionais, o Estado do Paraná editou as Leis 17.169 e 17.172, ambas de 24 de maio de 2012, por meio das quais reestruturou o sistema remuneratório dos integrantes das carreiras da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar estadual, garantiu-lhes contraprestação por subsídio e dispôs sobre a denominada “função privativa policial”.

---

11 JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 634-636.

12 SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual à Constituição*. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 360.

## II.2. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO MODELO CONSTITUCIONAL DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO

Alega a requerente serem incompatíveis com o modelo constitucional de remuneração por subsídio as disposições contidas (i) nos arts. 1º, 6º, 7º e 8º e nos anexos I a III da Lei 17.169/2012, os quais estabelecem escalonamento da remuneração dos militares paranaenses em onze referências funcionais, cada uma com distintos valores de subsídio; e (ii) no art. 3º, V e VI, da Lei 17.169/2012 e na Lei 17.172/2012, que possibilitam a militares estaduais cumular com o subsídio verbas transitórias decorrentes de exercício de função privativa policial e de ensino em escolas públicas.

Argumenta que a vinculação da progressão funcional ao efetivo exercício do militar em referência imediatamente anterior, por período determinado na norma, caracterizaria pagamento de adicional por tempo de serviço, o qual não se compatibiliza com o conceito de parcela única, inerente à remuneração por subsídio.

A tese não merece acolhida.

Os arts. 1º e 6º a 8º e os anexos I a III da Lei 17.169/2012 cumprem a determinação contida nos arts. 39, § 4º, e 144, § 9º, da Constituição da República, de que a remuneração dos integrantes de órgãos responsáveis pela segurança pública seja feita na forma de subsídio.

Ao contrário do que argumenta a autora, o regime de subsídio não impõe adoção de valor remuneratório único para todos os

cargos que compõem determinada carreira. Pode haver escalonamento em diferentes referências funcionais, o qual, aliás, é decorrência do próprio conceito de carreira, segundo MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO:

Como a organização em carreira implica o escalonamento dos cargos em níveis crescentes de responsabilidade e complexidade ou de antiguidade, é evidente que a remuneração correspondente a cada nível também sobe, à medida que o servidor é promovido de um nível a outro; se assim não fosse, não teria sentido prever-se a organização em carreira nem a promoção. Em consequência, os subsídios terão que ser fixados em valores diferentes para cada nível da carreira, observada a exigência de parcela única. Não se pode, para diferenciar um nível do outro, conceder acréscimos pecuniários que constituam exceção à regra do subsídio como parcela única.<sup>13</sup>

Não acarreta quebra do regime constitucional unitário de remuneração a percepção das verbas previstas no art. 3º, V e VI, da Lei 17.169/2012 e na Lei 17.172/2012 – verba transitória pelo exercício de função privativa policial de chefia, direção e assessoramento e aos integrantes da Casa Militar da Governadoria e parcela transitória pelo exercício de ensino em escolas de polícia.

Apesar de o modelo de subsídio vedar percepção de determinadas vantagens remuneratórias – como gratificações, adicionais, abono, prêmios, verbas de representação e outras de caráter remuneratório, nos termos do art. 39, § 4º, da CR – há situações nas quais se mostra legítimo acréscimo pecuniário à parcela única.

---

13 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 610.



As parcelas referidas no art. 3º, V e VI, da Lei 17.169/2012 e na Lei 17/172/2012 são devidas em razão de circunstâncias temporárias, não decorrentes das atribuições regulares inerentes ao cargo ocupado pelo militar. Portanto, não se inserem no subsídio. Haja vista seu caráter extraordinário, essas parcelas são compatíveis com o subsídio.

Assim entende JOSÉ AFONSO DA SILVA, segundo o qual o conceito de parcela única apenas repele acréscimos de espécies remuneratórias previstos em decorrência do trabalho normal do servidor, mas não impede percepção de verbas pecuniárias que tenham fundamento diverso.<sup>14</sup>

HELY LOPES MEIRELLES afirma que verbas remuneratórias como as referidas no art. 39, § 3º, da Constituição da República<sup>15</sup> podem ser cumuladas com o subsídio e até ultrapassar o teto constitucional, em interpretação sistemática do texto constitucional, desde que observados os princípios da legalidade, razoabilidade e moralidade.<sup>16</sup>

Caso as parcelas transitórias referidas no art. 3º, V e VI, da Lei 17.169/2012 e na Lei 17/172/2012 fossem suprimidas, haveria enriquecimento sem justa causa da administração estadual, pois o

---

14 SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 685.

15 “Art. 39. [...] § 3º. Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.”

16 MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo brasileiro*. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 526.

servidor desempenharia atribuições excedentes sem a respectiva contraprestação. As atribuições de direção, chefia e assessoramento, e de ensino em escolas de polícia não são implícitas à carreira de soldado policial e de bombeiro militar, de modo que seu desempenho pode ser remunerado à parte do subsídio.

### II.3. ALEGAÇÃO DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE REMUNERATÓRIA E À PRESERVAÇÃO DO VALOR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Segundo a requerente, o art. 2º, *caput* e §§ 1º e 2º, e o art. 3º, X, da Lei 17.169/2012 afrontariam o princípio da irredutibilidade remuneratória e a garantia de preservação do valor real dos benefícios previdenciários (Constituição da República, arts. 37, X e XV, e 40, § 8º).

De forma oposta ao que sustenta a autora, as normas contidas nos arts. 2º, *caput*, e 3º, X, da Lei 17.169/2012 visam justamente a assegurar que a instituição do novo modelo remuneratório não acarrete redução salarial aos militares ativos e inativos do Estado do Paraná que, no regime anterior, percebessem remuneração superior aos valores de subsídio instituídos pela norma. O dispositivo está em perfeita consonância com os preceitos constitucionais supramencionados. A absorção gradual da diferença remuneratória pelo subsídio é constitucional, visto não existir direito adquirido a regime jurídico referente à forma de composição de vencimentos.<sup>17</sup>

---

17 STF. 1ª Turma. Agravo regimental no recurso extraordinário 696.009/RS. Relator: Ministro Luiz Fux. 18/9/2012, unânime. *Diário da Justiça eletrônico*,

Há, contudo, inconstitucionalidade nos §§ 1º e 2º do mencionado art. 2º, no que afastam a incidência de revisão geral anual sobre a diferença de subsídio a que se refere a cabeça do dispositivo. Tal diferença de subsídio possui natureza remuneratória e seu congelamento absoluto contraria o art. 37, X, da Constituição da República.

Nesse sentido são os seguintes julgados dessa Corte (sem destaque no original):

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. ARTIGO 323, § 1º, DO RISTF. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO INCORPORADA. QUINTOS/DÉCIMOS. REESTRUTURAÇÃO DOS CARGOS POR LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE. DECRETO N. 3.089/99. ESTABILIDADE FINANCEIRA. DIREITO À PERMANÊNCIA DO REGIME LEGAL DE AJUSTE E DE VANTAGEM. INEXISTÊNCIA.

[...]

2. A estabilidade financeira garante ao servidor efetivo, após certo tempo de exercício de cargo em comissão ou assemelhado, a continuidade da percepção da diferença entre os vencimentos desse cargo e o do seu cargo efetivo.

**3. O reajuste futuro desse benefício, uma vez desvinculado dos vencimentos do cargo em comissão que ensejou a sua incorporação, obedece aos critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo.**

Precedentes: RE n. 226.462, Relator o Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Plenário, DJ de 25.5.01; RE n. 563.965, Relatora a Ministra CÁRMEN LÚCIA, Plenário, DJ de 20.3.09; RE n. 600.856, Relatora a Ministra CÁRMEN LÚCIA, DJe de 14.12.10; RE n. 603.890, Relator o Ministro DIAS TOFOLLI, DJe de 01.08.11; RE n. 594.958-AgR, Relator o Ministro LUIZ FUX, DJe de 07.10.11, entre outros.<sup>18</sup>

---

2 out. 2012.

STF. 2ª T. Agravo regimental no RE 694.084/DF. Rel.: Min. RICARDO LEWANDOWSKI. 28/8/2012, un. DJ, 17 set. 2012.

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS. INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO ANTERIOR À EC 19/1998). DIREITO À REVISÃO GERAL DE 28,86%, DECORRENTE DAS LEIS 8.622/1993 E 8.627/1993. COMPENSAÇÃO DOS ÍNDICES JÁ CONCEDIDOS PELA PRÓPRIA LEI 8.627/1993. INTERPRETAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. Ao julgar o RMS 22.307, o Plenário desta Casa de Justiça decidiu, por maioria, que as Leis 8.622/1993 e 8.627/1993 concederam revisão geral de vencimentos aos servidores públicos, da ordem de 28,86%, nos termos do inciso X do art. 37 do Magno Texto (redação anterior à EC 19/1998). Posteriormente, ao apreciar os embargos de declaração opostos (RMS 22.307-ED), entendeu, também por maioria, que deveriam ser compensados, em cada caso, os índices eventualmente concedidos pela própria Lei 8.627/1993.

2. Tal decisão autoriza concluir que a citada revisão, sendo geral, na forma do dispositivo constitucional em apreço (cuja redação originária não comportava distinção entre civis e militares), é devida, por igual, aos servidores militares, também com a mencionada compensação.

3. Agravo regimental desprovido.<sup>19</sup>

Dessa maneira, merece acolhida o pedido relativamente às expressões “e revisões gerais anuais de subsídio” e “e revisão geral anual”, constantes dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei 17.169/2012.

#### II.4. ALEGAÇÃO DE OFENSA A DIREITO ADQUIRIDO,

##### ATO JURÍDICO PERFEITO E COISA JULGADA

A requerente aponta ofensa a direito adquirido, a ato jurídico perfeito e a coisa julgada nas disposições dos arts. 3º, § 2º; 11, IV,V,

---

18 STF. 1ª T. AgR no RE 640.564/DF. Rel.: Min. LUIZ FUX. 28/8/2012, un. DJe, 12 set. 2012.

19 STF. 2ª T. AgR no RE 444.489/RJ. Rel.: Min. Ayres Britto. 15/2/2011, un. DJe, 11 maio 2011.

VI, VII, XV, XVI, XVII, XXXI e XXXV; 14, *caput* e §§ 1º e 2º, e 16 da Lei 17.169/2012.

O § 2º do art. 3º determina a não incorporação aos proventos da reserva remunerada, reforma ou pensão, de determinadas parcelas, passíveis de cumulação com o subsídio. Afirma a requerente que o dispositivo seria inconstitucional por vedar incorporação de verbas pessoais asseguradas por decisão judicial.

A interpretação é equivocada. A previsão de não incorporação das parcelas relacionadas no *caput* do art. 3º decorre de seu caráter eventual e transitório. A norma não alcança direito assegurado por sentença transitada em julgado, o qual integra a esfera de patrimônio do seu titular, em razão da garantia insculpida no art. 5º, XXXVI, da Constituição de 1988.

O art. 11, IV a VII, XV a XVII, XXXI e XXXV, extingue verbas a que faziam jus os militares paranaenses no regime anterior. São elas: vantagem pessoal; diferença de soldo; diferença de soldo judicial; salário-família; aquisição de uniformes; indenização de transporte; indenização de serviço extraordinário; adicional de inatividade; revisões e outras gratificações e adicionais de qualquer natureza.

Exceto quanto ao salário-família, a supressão dessas parcelas evita pagamento em duplicidade, pois passaram a estar compreendidas no subsídio. Trata-se de mera alteração da forma de composição de vencimentos, hipótese em que não se reconhece direito adquirido, mas tão somente manutenção do valor nominal da re-

muneração.<sup>20</sup> Possível decesso remuneratório o art. 2º da lei afastou, ao assegurar a percepção, como verba de natureza provisória, da diferença entre a remuneração anteriormente percebida e o subsídio por ela instituído.

No que concerne à supressão da indenização por serviço extraordinário (art. 11, XVII), também improcede a alegação de afronta ao art. 7º, XVI, da Constituição da República. Ao contrário do que afirma a autora, a Constituição não estendeu esse direito social aos integrantes das polícias militares das unidades federadas.

Há inconstitucionalidade, todavia, no inciso VII do art. 11, que suprime o salário-família, o qual constitui direito fundamental assegurado aos militares por força dos arts. 7º, XII, e 142, § 3º, VIII, da Constituição da República. A parcela possui natureza previdenciária, não salarial. A interpretação sistemática do texto constitucional permite sua cumulação com o subsídio, de modo a permitir integral cumprimento à Constituição.<sup>21</sup>

O art. 14, *caput* e §§ 1º e 2º, determina a aplicação do novo regime aos militares da reforma, da reserva remunerada e aos pensionistas, estabelece critérios a serem observados pela PARANAPREVIDÊNCIA e por suas unidades administrativas no enquadramento dos inativos nas referências funcionais do anexo I da lei.

A tese defendida pela requerente – impossibilidade de extensão do novo regime aos inativos – mais uma vez, encontra óbice

---

20 STF. 2ª T. AgR no RE 694.084/DF. Rel.: Min. RICARDO LEWANDOWSKI. 28/8/2012, un. DJe, 17 set. 2012.

21 MEIRELLES. *Direito Administrativo Brasileiro*. Obra citada, p. 525-526.

na jurisprudência pacífica da Suprema Corte, relativamente à inexistência de direito adquirido a regime jurídico:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO — EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO — SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES — INATIVOS E PENSIONISTAS — ADICIONAL DE INATIVIDADE — SUPRESSÃO — INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO — DIREITO ADQUIRIDO — INEXISTÊNCIA — REMUNERAÇÃO — PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL — AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS — RECURSO IMPROVIDO.

— Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global do estípcio até então percebido e não provoque, em consequência, decesso de caráter pecuniário. A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes.<sup>22</sup>

Portanto, os proventos da inatividade concedidos a partir da Lei 17.169/2012 devem observar a nova regulamentação legal.

Sustenta, ainda, a requerente, de forma um tanto confusa, inconstitucionalidade do § 2º do art. 14, com o argumento de que a criação da PARANAPREVIDÊNCIA teria sido declarada incidentalmente inconstitucional em ação ordinária. Porém, não indicou órgão julgador, número de processo nem acostou cópia da decisão.

De toda sorte, declaração incidental de inconstitucionalidade não determina julgamento em controle concentrado da mesma norma. Conforme bem observaram a Advocacia-Geral da União e

---

22 STF. 2ª T. Embargos declaratórios no RE 468.076/RS. Rel.: Min. CELSO DE MELLO. 7/3/2006, un. *DJ*, 31 mar. 2006, p. 38.

a Assembleia Legislativa paranaense, a autora não se desincumbiu do ônus processual de motivar o pedido e indicar os dispositivos legais supostamente inconstitucionais.<sup>23</sup>

De resto, quanto ao art. 16 da Lei 17.169/2012, a revogação de disposições de ordem remuneratória contidas em leis anteriores esparsas que tratem da carreira é recomendável e tem previsão no art. 9º, *caput*, da Lei Complementar federal 95, de 26 de fevereiro de 1998.<sup>24</sup>

## II.5. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

Para a autora, ocorreria ofensa ao princípio da isonomia nas disposições dos arts. 4º, § 3º, e 12 da Lei 17.169/2012.

O primeiro dispositivo veda pagamento de indenização por remoção concomitante ao pagamento de diárias. O fundamento jurídico da indenização por remoção é o deslocamento do militar, em caráter definitivo, que implique, além de mudança de sede, mudança de domicílio (Lei 17.169/2012, art. 4º, *caput* e § 1º). Apesar de não disciplinada pela lei em questão, a diária tradicionalmente se caracteriza como verba indenizatória devida em afastamentos transitórios do servidor, a fim de atender a demanda do serviço em local distintos de sua sede de lotação. A vedação à cumulação de ambas decorre da diversidade e incompatibilidade

---

23 STF. ADI 2.213-MC/DF. Rel.: Min. CELSO DE MELLO. DJ 23 abr. 2004.

24 “Art. 9º. A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)”.



de fatos geradores dessas vantagens, de maneira que não cabe falar em ofensa ao princípio da isonomia.

No que se refere ao art. 12, assevera a autora caracterizar tratamento discriminatório a previsão de remuneração de soldado de 2ª classe por meio de bolsa-auxílio.

O ingresso na carreira militar paranaense pode dar-se como oficial combatente (CFO), oficial não combatente (QOS) ou soldado. No último caso, após aprovação em concurso público, o ingresso ocorre no cargo de soldado de 2ª classe, com matrícula em curso de formação de soldados composto por aulas teóricas e práticas. Ao final, se aprovado, o militar é promovido a soldado de 1ª classe.<sup>25</sup>

De acordo com informações do Governador do Estado, “o soldado de segunda classe está em formação, na academia militar, e ainda não possui as mesmas prerrogativas e deveres dos demais policiais militares” (fl. 15 da peça 38). Logo, a remuneração por meio de bolsa-auxílio tem como fundamento o fato de tais militares ainda estarem em fase de formação e não se sujeitarem às mesmas atribuições e nível de responsabilidade dos demais integrantes da corporação.

---

25 Cf. informações disponíveis no portal da Polícia Militar paranaense: < <http://bit.ly/pmpr69> > ou < <http://www.policiamilitar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=69> >; acesso em 19 jul. 2014.

Em consequência, a forma de pagamento é razoável e compatível com a condição funcional do militar, sem gerar maltrato à Constituição.

## II.6. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL

O art. 4º, § 4º, da Lei 17.169/2012 remeteu a regulamento a definição do conceito de “modificação de sede”, para fins de pagamento de indenização por remoção. Defende a autora que, por se tratar de direitos de militares estaduais, a matéria somente poderia ser disciplinada em lei formal, nos termos dos arts. 42, § 1º, e 142, § 3º, X, da Constituição da República.

Por natureza, a lei deve veicular regras de caráter geral e abstrato. A lei impugnada dispõe sobre a remuneração dos militares estaduais, nos termos dos arts. 42, § 1º, e 142, § 3º, X, da Constituição Federal. O esmiuçamento de conceitos legais, como o de modificação de sede, por meio de decreto do Poder Executivo, é medida salutar no ordenamento jurídico, que possui previsão na Constituição da República (art. 84, IV)<sup>26</sup> e na do Estado do Paraná (art. 87, V).<sup>27</sup> Trata-se de conceito operacional cuja regulamentação pelo Executivo é mais adequada e eficiente para a organização administrativa dos órgãos de segurança pública estaduais.

---

26 “Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...] IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução; [...]”.

27 “Art. 87. Compete privativamente ao Governador: [...] V – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução; [...]”.

Não há a alegada inconstitucionalidade, portanto.

## II.7. ALEGAÇÃO DE INVASÃO DA RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR

O art. 7º, §§ 3º e 6º, da Lei 17.169/2012 afastou os institutos da promoção e da progressão aos militares da reserva remunerada, reformados e geradores de pensão. Sustenta-se que tal matéria teria sido reservada à lei complementar pelos arts. 42, §§ 1º e 2º, e 142, § 3º, X, da Constituição da República.

A Constituição exige lei complementar federal para dispor sobre “normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas” (arts. 61, § 1º, inciso II, alínea f, e 142, § 1º). Contudo, as leis paranaenses questionadas têm referência constitucional nos arts. 42, § 1º, e 142, § 3º, X, da Constituição, que remete à lei ordinária estadual específica a disciplina dos de direitos, deveres, remuneração, prerrogativas e outras situações especiais dos militares.

A Constituição da República não estabeleceu exigência de lei própria que trate apenas dos institutos da promoção e progressão de militares, como pretende a requerente. A Lei 17.169/2012 dispôs sobre direitos, deveres e sistema remuneratório de militares estaduais, de modo que se qualifica como específica e atende aos comandos do art. 42, § 1º, da CR.

## II.8. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 196 DA CONSTITUIÇÃO

O art. 15 da Lei 17.169/2012 institui contribuições voluntárias para o Fundo de Assistência à Saúde dos Militares Estaduais (FASPM). A norma, consoante a petição inicial, seria inconstitucional por violar o art. 196 da Constituição Federal, que impõe ao Estado garantir a todos o direito à saúde.

O Estado cumpre seu mister constitucional por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), de caráter universal, integral, isonômico e democrático (CR, art. 198,<sup>28</sup> e Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde –, art. 7º, incisos I, II, IV e VIII).<sup>29</sup> Por esse motivo, veda-se aos Estados-membros instituir contribuição obrigatória para custeio da assistência à saúde

---

28 “Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.”

29 “Art. 7º. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

[...]

IV – igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

[...]

VIII – participação da comunidade; [...]”.

dos próprios servidores, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 79 E 85 DA LEI COMPLEMENTAR N. 64, DE 25 DE MARÇO DE 2002, DO ESTADO DE MINAS GERAIS. IMPUGNAÇÃO DA REDAÇÃO ORIGINAL E DA REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI COMPLEMENTAR N. 70, DE 30 DE JULHO DE 2003, AOS PRECEITOS. IPSEMG. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E APOSENTADORIA ASSEGURADOS A SERVIDORES NÃO-TITULARES DE CARGO EFETIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NO § 13 DO ARTIGO 40 E NO § 1º DO ARTIGO 149 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

[...]

2. Os Estados-membros não podem contemplar [em lei] de modo obrigatório em relação aos seus servidores, sob pena de mácula à Constituição do Brasil, como benefícios, serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, social, e farmacêutica. O benefício será custeado mediante o pagamento de contribuição facultativa aos que se dispuserem a dele fruir.

3. O artigo 85 da lei impugnada institui modalidade complementar do sistema único de saúde – ‘plano de saúde complementar’. Contribuição voluntária. Inconstitucionalidade do vocábulo ‘compulsoriamente’ contido no § 4º e no § 5º do artigo 85 da LC 64/02, referente à contribuição para o custeio da assistência médica, hospitalar, odontológica e farmacêutica. [...] <sup>30</sup>

Considerando que a contribuição ao Fundo de Assistência à saúde dos Militares Estaduais (FASPM) prevista no art. 15 da Lei 17.169/2012 é de caráter facultativo, não há ofensa à Constituição da República.

---

30 STF Plenário. ADI 3.106/MG. Rel.: Min. Eros Grau. 14/4/2010, un. *DJe*, 24 set. 2010.

### III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina o Procurador-Geral da República pela procedência parcial do pedido, com declaração de inconstitucionalidade (i) das expressões “e revisões gerais anuais de subsídio” e “e revisão geral anual”, contidas no art. 2º, §§ 1º e 2º, respectivamente; e (ii) do art. 11, VII, todos da Lei 17.169, de 24 de maio de 2012, do Estado do Paraná.<sup>31</sup>

Brasília (DF), 21 de julho de 2014.

**Rodrigo Janot Monteiro de Barros**

Procurador-Geral da República

RJMB/WS/AMO-Par.PGR/WS/1.807/2014

---

31 A Procuradoria-Geral da República acompanha, aqui, entendimento da então Vice-Procuradora-Geral da República DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA, com aprovação do então Procurador-Geral da República ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS, em parecer oferecido na ADI 4.840/PR, ajuizada pela ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS DO BRASIL (AMEBRASIL), em face das Leis paranaenses 17.169/2012 e 17.172/2012.